

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29



**A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS NAS EMPRESAS LISTADAS
NA B3 QUE ATUAM COM ATIVOS BIOLÓGICOS APÓS ADOÇÃO DO CPC 29**

**THE RELEVANCE OF FINANCIAL INFORMATION ON B3 LISTED COMPANIES
ACTING WITH BIOLOGICAL ASSETS AFTER ADOPTION OF CPC 29**

**LA PERTINENCIA DE LA INFORMACIÓN FINANCIERA SOBRE LAS EMPRE-
SAS LISTADAS EN B3 QUE ACTUAN CON ATIVOS BIOLÓGICOS DESPUÉS DE
LA ADOPCIÓN DE CCP 29**

Ronivaldo Alcebiades Ferreira

Professor de graduação na Escola de Gestão em Negócios PUC-GO.

Mestre em Ciências Contábeis pela Fucape Business School

E-mail: roni@fococontabilidade.com

Aridelmo Teixeira

Professor na Fucape Business School

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP

E-mail: aridelmo@fucape.br

RESUMO

Neste trabalho faz-se uma análise sobre os efeitos na relevância das informações financeiras após a adoção do CPC 29, propondo-se verificar se houve alterações significativas, sobretudo quanto ao preço das ações, conteúdo informacional, capacidade preditiva de geração de caixa futuro das empresas brasileiras listadas na B3. Foram analisadas informações no período de 2005 a 2017 de empresas participantes da B3 que mantiveram estoques de ativo biológico. Aplicou-se o modelo *Value Relevance* no tratamento dos dados. Os resultados encontrados sugerem que a implementação das normas IFRS propiciou alterações relacionadas à precificação da ação em t+4 meses após o fechamento das demonstrações financeiras e confirmou a existência de relação positiva entre o ativo biológico e o preço da ação. Os resultados demonstram ainda presença de ganhos ao conteúdo informacional apontado pela mudança de percepção dos investidores. Contudo, os dados analisados não demonstraram ganhos informacionais sobre a geração de fluxo de caixa operacional em três meses após o fechamento das demonstrações contábeis. Como contribuições destaca maior clareza após a aplicação da norma, além de subsidiar a classe profissional e acadêmica com seus resultados.

Palavras-chave: CPC 29; Valor justo; Ativos biológicos; Conteúdo informacional.

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

ABSTRACT

This paper analyzes the effects on the relevance of financial information after the adoption of CPC 29, proposing to verify whether there were significant changes, especially regarding the stock price, information content, predictive capacity of future cash generation of companies. Brazilian companies listed in B3. We analyzed information from 2005 to 2017 from companies participating in B3 that maintained biological asset inventories. The Value Relevance model was applied to the data treatment. The results suggest that the implementation of IFRS standards led to changes in share pricing at $t + 4$ months after the closing of the financial statements and confirmed the existence of a positive relationship between biological assets and share price. The results also show the presence of gains to the informational content indicated by the change of investor perception. However, the data analyzed did not show informational gains on operating cash flow generation within three months of the closing of the financial statements. As contributions, it highlights greater clarity after the application of the norm, besides subsidizing the professional and academic class with its results.

Keywords: CPC 29; Fair value; Biological assets; Informational content.

RESUMEN

Este documento analiza los efectos sobre la relevancia de la información financiera después de la adopción de CPC 29, proponiendo verificar si hubo cambios significativos, especialmente en relación con el precio de las acciones, el contenido de la información y la capacidad predictiva de la futura generación de efectivo de las empresas. Empresas brasileñas que cotizan en B3. Analizamos información de 2005 a 2017 de compañías que participan en B3 que mantuvieron inventarios de activos biológicos. El modelo de Relevancia de Valor se aplicó al tratamiento de datos. Los resultados sugieren que la implementación de los estándares IFRS condujo a cambios en el precio de las acciones en $t + 4$ meses después del cierre de los estados financieros y confirmó la existencia de una relación positiva entre los activos biológicos y el precio de las acciones. Los resultados también muestran la presencia de ganancias en el contenido informativo indicado por el cambio de percepción del inversor. Sin embargo, los datos analizados no mostraron ganancias informativas en la generación de flujo de efectivo operativo dentro de los tres meses posteriores al cierre de los estados financieros. Como contribuciones, destaca una mayor claridad después de la aplicación de la norma, además de subsidiar a la clase profesional y académica con sus resultados.

Palabras-clave: CPC 29; Valor razonable Activos biológicos; Contenido informativo.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da lei nº 11.638/2007, iniciou-se o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade ante as normas internacionais. Para isso, foram então adotadas, em 2008, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), o que alinhou o Brasil ao padrão internacional (CPC, 2012). O IASB, fundado em 1973, é uma instituição privada, localizada em Londres. Lançou uma série de normas contábeis, *International Accounting Standards* (IAS), emitidas até 2001 e as IFRS, posteriores a esse ano (CPC, 2010; LOURENÇO; BRANCO, 2015).

Quanto ao processo global de adoção das IFRS, um importante evento, por se tratar de um país notório no âmbito econômico, ocorreu em 2010: a adoção brasileira (LOURENÇO;

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

BRANCO, 2015). O cenário contábil brasileiro foi remodelado ao padrão internacional e isso possibilitou a verificação das informações contábeis elaboradas pelo método contábil de reconhecimento, mensuração e publicação e o cumprimento das premissas estabelecidas pelos pronunciamentos remetidos (MUCILLO; NOGUEIRA, 2015). As mudanças foram positivas para as empresas quanto à competitividade no mercado externo, pela uniformização gerada.

Segundo Ball (2006), um sistema cujas premissas são as IFRS reflete ganhos e perdas econômicas de maneira mais oportuna (de forma mais clara e apropriada que US GAAP); torna os ganhos mais informativos; fornece balanços patrimoniais mais úteis e restringe a discricionariedade, a saber, manipulação de provisões, reservas ocultas, supressão de perdas econômicas, entre outros. Conduz à maior propriedade dos resultados, à difusão de informação contábil com altos parâmetros qualitativos, contrapondo ao padrão atual.

Não obstante, compreender e avaliar as formas de ajustamento do CPC 29 engloba a comparação do nível de adequação das organizações do país em escala global e até mesmo a sua inserção no mercado mundial (CPC, 2009). Simplificadamente, o CPC 29 consiste em um procedimento técnico que objetiva estabelecer o tratamento contábil relativo aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas: “entende-se como ativo biológico um animal e/ou planta, vivos que através do processo de crescimento, degeneração, produção e procriação sofrem mudanças qualitativas e quantitativas” (CPC, 2009).

“A adoção das IFRS foi um dos principais marcos regulatórios contábeis no Brasil” (FIGLIOLI; LEMES; LIMA, 2017, p.341). Em uma análise particularizada, essa mudança também impactou a forma de avaliação dos ativos biológicos e produtos agrícolas e a relevância das informações financeiras, objetos de estudo desta pesquisa. Verificou-se que os estoques de ativos biológicos, em dezembro de 2017, representavam 0,3% do total de ativos das empresas participantes da B3, conforme dados calculados por intermédio da base Economática. Apesar da pequena relevância, em termos percentuais, devido à grande importância econômica do setor agropecuário no cenário brasileiro, é substancialmente válida sua análise e compreensão do melhor método de mensuração.

Por meio do CPC 29, a utilização do valor justo foi estabelecida como método de mensuração, permitindo reavaliar valores anteriormente calculados e registrar as mutações sofridas, em cada fase de amadurecimento, o que tornou os valores mais próximos à realidade. De acordo com Lansdman (2007), a aplicação do *fair value* tem significativa relevância, o que pode ser destacado pela valorização dos itens patrimoniais das entidades. Brito (2010) e Silva Filho et al. (2012) observaram que a desarmonia para estabelecer um critério de mensuração para os ativos biológicos e produtos agrícolas culminou no surgimento das normas específicas para o setor agrícola. O estudo de Barth (2013) teve como objetivo determinar se a adoção voluntária das International Financial Reporting Standards (IFRS) em empresas americanas tem relação com o aumento da comparabilidade de valores contábeis e com o benefício dos mercados de capitais.

O problema de pesquisa nessa conjuntura é: qual a relevância da informação contábil como influenciadora da previsibilidade de caixa futuro nas empresas listadas na B3 que possuem estoques de ativos biológicos após a implementação das IFRS? O principal objetivo é, desse modo, verificar a importância da informação contábil após a adoção do CPC 29 para a predição de geração de caixa futuro nas empresas brasileiras listadas na B3.

Para resolver a problemática inicial, serão analisados os Balanços Patrimoniais, DFC, Demonstrações do Resultado do Exercício e indicadores econômicos das empresas brasileiras que atuam com ativos biológicos, listadas na B3, as quais mantiveram estoques de ativos biológicos nos períodos compreendidos entre os anos de 2005 a 2017, para análise do comportamento anterior e posterior à adoção do CPC 29 e a previsibilidade de caixa futuro, a partir da

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

mensuração de elementos patrimoniais de modo a investigar a relevância das informações contábeis. A metodologia deste estudo apresenta a seguinte sequência: revisão da Literatura para fundamentação teórica, aplicação do modelo de Value Relevance, cujo precursor é o modelo de Ohlson (2005) e, por fim, tratamento e análise dos dados.

Justifica-se o tema por ser relevante para os usuários das informações contábeis, pela importância do setor do agronegócio no comércio nacional e internacional e pelo caráter inovador da pesquisa, que contemplou períodos não analisados por outros autores e cujo foco voltou-se à relevância da informação, conteúdo informacional e previsibilidade do fluxo de caixa. Alguns autores, que analisaram dados de períodos de transição, concluíram que esse modo de mensuração não era ideal, no que se refere ao uso de estimativas para fazer avaliações do ativo. Consideraram então que o conservadorismo, ou custo histórico, era facilmente compreendido pelo público-alvo por produzir informações relevantes e precisas em detrimento do valor justo.

Para verificar tais questões, aplicaram-se neste estudo dados anteriores e posteriores à adoção do IFRS, a fim de captar as mudanças ocorridas após a adequação do mercado a essa alteração na metodologia de avaliação de estoques de ativos biológicos. As demais pesquisas abordaram apenas períodos relacionados à transição da norma. Tal informação pode conduzir a novas abordagens a fim de acrescentar uma nova ótica ao setor, a qual engloba desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Isso por meio da mensuração dos ativos biológicos no balanço patrimonial após a adoção do CPC 29.

A contribuição deste trabalho pode trazer maior clareza quanto ao novo tratamento contábil no Brasil (o qual converge para a normatização internacional) nas empresas que atuam com ativos biológicos. Agrega-se ainda a compreensão dos consequentes efeitos gerados nas informações financeiras e patrimônio após a adoção do CPC 29, ao observar o destaque do agronegócio para a economia brasileira e mundial. Anela-se que com esta pesquisa sejam mais bem discernidos quais os reais impactos que a adoção às normas internacionais de contabilidade trouxe para o setor de agronegócios, em termos de relevância e proficiência da informação contábil, coadjuvando, assim, com a literatura acadêmica correlata em suas contribuições.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para que a contabilidade apresente conteúdo informacional, é imprescindível que seja portadora de características as quais possam assegurar credibilidade entre os usuários da informação, tendo relevância e confiabilidade (LAUX; LEUZ, 2010). Como Ciência Social Aplicada, deve acompanhar as mudanças pós-modernas da economia e sociedade e, prover aos usuários informações úteis à tomada de decisões. Para tanto, são utilizados os procedimentos para avaliar, definir e demonstrar componentes patrimoniais, a saber: o ativo, passivo e patrimônio líquido (SILVA FILHO et al., 2012). A Contabilidade deve fornecer informações econômicas que permitam assertividade e racionalidade nas decisões, independentemente da diversidade dos usuários e, para isso, a mensuração exata, confiável e fidedigna do patrimônio pode ser destacada como um dos itens fundamentais para o detalhamento da posição econômica e financeira das entidades (LAUX; LEUZ, 2010; MARTINS; LISBOA, 2011; KARGIN, 2013). Os atributos fundamentais para que a informação contábil seja útil, além da relevância e fidedignidade, são a verificabilidade, a comparabilidade, a compreensibilidade e a tempestividade (HENDRIKSEN; BREDA, 1991; SANTOS, et al., 2019).

A expansão das empresas de capitais globalizadas necessita de um padrão uniforme no que tange à preparação das demonstrações contábeis, capaz de reduzir a assimetria informac-

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

onal desses relatórios divulgados em diversos países. Admite-se que a internacionalização dos mercados de capitais pode ser considerada como pilar para o avanço da harmonização, volta da ao modelo IFRS (FARIAS; FARIAS, 2009; PASINI, 2015). A legitimidade propiciada pela convergência a um mesmo padrão internacional dá-se ao observar a necessidade de que as demonstrações financeiras possam ser apresentadas em diferentes países, com uma linguagem universal que favorece uma análise comparativa dos números gerados em economias semelhantes sem a necessidade de tradução no GAAP local (FARIAS; FARIAS, 2009; PASINI, 2015).

Em um primeiro momento, conseqüente à publicação da Lei n. 11.638, em 2007, estabeleceram-se regras que determinaram a elaboração das demonstrações contábeis/financeiras consolidadas em normas IFRS, com aplicabilidade a datar do exercício de 2008 (COUTINHO; SILVA, 2013; PASINI, 2015). No ano de 2010, ocorreu o lançamento de novas normas e revisões das anteriores, incluindo a emissão do CPC PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), responsável pelas práticas contábeis direcionadas às pequenas e médias empresas (COUTINHO; SILVA, 2013; PASINI, 2015).

Segundo Barth (2008), a questão da adoção das IFRS expõe dois pontos de vista distintos: i) mostra que a adoção das IFRS representa normas de contabilidade superiores, em comparação às normas adotadas por cada país em separado; ii) sugere que a adoção às Normas Internacionais de Contabilidade propicia uma melhor comparabilidade dos dados informacionais. Nessa perspectiva, a adoção das IFRS poderá melhorar o ambiente de informações das empresas e contribuir de forma eficaz para redução do custo de capital (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; JIAO et al., 2011; GATSIOS et al., 2015) da assimetria informacional e de riscos (LEE; WALKER; CHRISTENSEN, 2010).

As IFRS emitidas pelo IASB advêm do processo de crescimento da economia mundial, da expansão de mercados e da necessidade de se estabelecer um padrão globalizado e único de normas contábeis (PASINI, 2015). Para o IASB, a aplicação do *fair value* proporciona uma informação superior sobre a performance da entidade agropecuária do que aquela obtida pela utilização de custos históricos. A adoção das IFRS e a mensuração dos ativos pelo valor justo gerou uma série de mudanças. Entre elas, as mais significantes foram as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido das companhias e, conseqüentemente, o aumento no saldo dos ativos biológicos, destacadas em pesquisas recentes como as de Almeida et al. (2011), Silva Filho et al. (2012) e Mucillo e Nogueira (2015).

Em 2011, o IASB publicou o IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, que unificou diretrizes para medir e divulgar a valor justo (MARTINS, 2014; GRILLO, 2016), com sua aplicabilidade obrigatória com início em 2013 para aqueles países que adotam o IFRS. Seu intuito foi uniformizar e atualizar o conceito de valor justo, agora definido como o valor que pode ser recebido pela venda de um ativo ou pago para liquidar uma obrigação em uma transação normal entre participantes do mercado usual de atuação da empresa, na data da mensuração.

Tendo como premissa o IFRS 13, foi elaborado pelo CPC o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC, 2012). O documento estabelece o tratamento na mensuração do valor justo, e o define como “preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”, com a ressalva de que algumas informações e negociações de mercado são disponíveis apenas para alguns ativos e passivos (CRC-RS, 2018). No Brasil, isso ocorreu com a edição do CPC 29. Antes de sua adoção, as diretrizes contábeis que regulamentavam as atividades agropecuárias no cenário brasileiro estavam alinhadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, provenientes do Conselho Federal de Contabilidade, o qual se utilizava dos custos históricos para avaliação dos ativos (BRITO,

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

2010).

Rech e Oliveira (2011) mencionam que a edição da *International Accounting Standards 41 Agriculture* (IAS 41) fez com que o setor agropecuário passasse a ser o primeiro setor econômico específico com uma norma contábil própria voltada para a contabilização de suas operações e ativos relacionados. Silva Filho et al. (2012) observaram que a IAS 41 provocou uma grande modificação nos procedimentos usados para tratar os dados contábeis dos ativos biológicos, uma vez que a mensuração dos ativos passou de uma contabilidade tradicional ou conservadora (custo histórico) para a contabilidade a *fair value* ou moderna.

Barlev e Haddad (2003) observaram que o conservadorismo, usado antes da convergência aos padrões internacionais, pouco se associavam com os valores de mercado, permitindo manipular os resultados mais facilmente e, em contrapartida, o valor de mercado evidenciava números com maior fidedignidade e confiabilidade. Ao contrário, os autores afirmam que o reconhecimento pelo valor de mercado tanto do Ativo quanto do Passivo evidencia números relevantes e reais. Alguns anos depois, os autores analisaram a relação entre a harmonização contábil internacional e a contabilidade avaliada pelo método do valor justo (BARLEV; HADDAD, 2007).

O valor justo, diferentemente do custo histórico, reflete alterações nos valores de ativos que serão realizados nas operações a *posteriori*. Os ativos biológicos, ao serem evidenciados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, geram, em alguns casos, caixa e seus equivalentes em períodos posteriores ao reconhecimento (MUCILLO; NOGUEIRA, 2015). À proporção que esses ativos se valorizam, seu ganho em relação ao período antecedente é reconhecido como receita no período atual, com dedução das despesas do valor de venda. As variantes positivas ou negativas do processo biológico envolvido são identificadas diretamente no resultado do período, e geram caixa apenas no momento de venda efetiva (MUCILLO; NOGUEIRA, 2015)

O valor justo deve expor aos usuários das informações contábeis dados próximos da realidade econômica, isto é, efetivamente relevantes. Em vista disso, a contabilidade a valor justo reúne informações atuais em relação ao mercado, e pode fornecer uma base mais sólida para previsão de valores, ao se utilizar de *inputs* notáveis no mercado. Todavia, quando os dados observáveis não existem no mercado para o objeto que se deseja mensurar, pode-se questionar a credibilidade das informações (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 1996; POON, 2004).

Segundo Barth (1994), o valor justo, muito mais do que significativo, é conveniente por ser o reconhecimento dos ganhos independentemente do momento da realização dos ativos, de maneira diferente da mensuração a custo histórico. Há uma reciprocidade entre os ganhos crescentes e as operações de fluxo de caixa ao longo do tempo, que é atribuído como influência do método de avaliação pelo valor justo, segundo Kim e Kross (2005).

Argilés, Garcia-Blandon e Monllau (2011) investigaram em empresas agrícolas espanholas a relação entre os dois métodos de avaliação, custo histórico e valor justo na previsibilidade de geração de caixa e equivalentes de caixa futuros, e não constataram diferenças entre ambos, e foi observado um maior valor preditivo no uso do valor justo em detrimento do custo histórico. Adicionalmente, os pesquisadores constataram falhas nas práticas contábeis quando da aplicação conservadora.

Em contrapartida, Silva Filho, Machado e Machado (2013), ao analisarem a adoção *fair value* sobre os ativos biológicos e os produtos agrícolas, concluíram que esse modo de mensuração não era ideal, tendo em vista o fato de esse método se utilizar de estimativas para fazer avaliações do ativo. Os autores consideram que o conservadorismo, isto é, o método já consolidado do custo histórico, era facilmente compreendido pelo público-alvo por produzir

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

informações relevantes e precisas para os seus usuários em detrimento do valor justo.

Já Martins (2012) discorreu sobre a subjetividade na mensuração do valor justo utilizado na atividade da pecuária bovina. Os resultados obtidos em sua pesquisa sugerem que avaliação a valor justo poderia ser aplicada nessa atividade, apesar de subjetiva. Assim observa que esse mercado cumpre as exigências de apresentar um mercado ativo para várias fases do desenvolvimento animal, com a existência de compradores e vendedores interessados na transação.

Brito (2010) e Silva Filho et al. (2012) em suas pesquisas verificaram que a falta de uniformidade para estabelecer um critério de mensuração para os ativos biológicos e produtos agrícolas levou ao surgimento das normas específicas para o setor agrícola. O estudo de Barth (2013) teve como objetivo determinar se a adoção voluntária das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em empresas americanas tem relação com o aumento da comparabilidade de valores contábeis e com o benefício dos mercados de capitais.

Wanderley, Leal e Silva (2012), por sua vez, concluíram com sua pesquisa que o processo de convergência tende a permanecer e é necessária a evolução da contabilidade brasileira. Para isso, os profissionais da área contábil devem se especializar para atender às novas exigências. Os autores acrescem que o tema “ativos biológicos” precisa ser estudado na íntegra para a compreensão de seus reflexos e sua abrangência nas Demonstrações Financeiras publicadas no Brasil, uma vez que a globalização, isto é, a dinâmica dos negócios internacionais, torna imprescindível a universalização da linguagem contábil.

O modelo precursor, de Ohlson (1995), demonstra que o valor de mercado de uma entidade está em função do lucro contábil e do patrimônio líquido, ou seja, que o patrimônio líquido de uma empresa é função de variáveis atuais e futuras, em se tratando de valor de mercado. Grillo et al. (2016) afirmam ainda que o modelo de Ohlson (2005) originou o de *Value Relevance*.

Collins, Maydew e Weiss (1997) investigaram a relevância do valor dos ganhos e os valores contábeis, por meio do modelo de Ohlson (1995). Ao estimar regressões anuais com corte transversal no período de 41 anos, defendem que o preço está intrinsicamente atrelado aos ganhos e no valor contábil do PL. No estudo descobriram que a relevância do valor agregado dos lucros e dos valores contábeis não reduziu no período entre 1953 e 1993; ao contrário, apresentou um ligeiro aumento.

Ramos e Lustosa (2013) afirmam que o ambiente IFRS propicia maior relevância para explicar o preço das ações. A *value relevance* ou relevância do valor contábil é estabelecida se a forma de mensuração for confiável e gerar informações que impactam o preço das ações ou o valor de mercado da empresa (BARTH; BEAVER; LANDSMAN, 2001; HOLTHAUSER; WATTS, 2001; SONG; THOMAS, YI, 2010; SUADIYE, 2012; GRILLO et al., 2016).

De acordo com Almeida et al. (2011), um dos principais motivos para o aumento relevante do valor do patrimônio líquido, na maioria dos casos observados, advém das mudanças no imobilizado, diferido e no ativo biológico. O lucro líquido das empresas, entretanto, não apresentou significativas alterações entre lucro apurado quando regido pelas regulações internacionais e o apurado em normas brasileiras tradicionais, e foi apontado um aumento médio de 2%, havendo equilíbrio entre as empresas tanto de lucros maiores quanto as de lucros menores (ALMEIDA et al., 2011).

Apesar de a mensuração a valor justo de ativos biológicos englobar a utilização de estimativas contábeis críticas, pode proporcionar melhores informações ao pressupor mais assertivamente possibilidades de pagamento e de geração de caixa das empresas, com eliminação de processos de alocação de custos, o que simplifica o resultado (RECH; PEREIRA; OLIVEIRA, 2008).

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

Silva Filho, Martins e Machado (2013) verificaram que 38,9% das alterações no patrimônio líquido das companhias analisadas resultaram da adesão do valor justo na avaliação aplicada aos ativos biológicos. Confirma-se por meio desse fato que a avaliação dos ativos biológicos sob a ótica do custo histórico não refletia as potencialidades de benefícios econômicos que esses ativos apresentavam. Em todas as companhias analisadas, os saldos desses ativos demonstraram uma variação positiva, quando mensurados a valor justo.

Já Barros (2012) estudou o impacto do valor justo aplicado na mensuração dos ativos biológicos no período de 2008 a 2010 nas empresas participantes da BM&FBOVESPA, cujo argumento foi a imprescindibilidade de averiguar a existência de diferenças significativas na aplicação do CPC 29 em empresas de diferentes segmentos da economia. Os resultados apontaram que a adoção ao CPC 29 impactou fortemente na evidenciação contábil, entretanto demonstraram uma superficialidade quanto à apresentação das características desses ativos em notas explicativas (BARROS, 2012).

Martins, Machado e Callado (2014), por sua vez, realizaram um estudo com empresas que transacionavam ativos biológicos listadas nas BM&FBOVESPA. Ao utilizar o modelo de avaliação de Feltham e Ohlson (1995), os autores averiguaram a fidedignidade assim como a relevância das informações contábeis e concluíram que o método do *fair value* fornece informações mais detalhadas e assertivas aos seus usuários de mercado de capitais ativos, assim como preconizam as teorias da Contabilidade.

Lachmann, Stefani e Wohrmann (2015) afirmam que as alterações nas normas reduzem a possibilidade de interpretações e medidas errôneas. Figueira e Ribeiro (2016) analisaram os relatórios contábeis de sociedades anônimas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, que atuam com ativo biológico a fim de verificar o comportamento das evidenciações sobre mensuração do ativo biológico no período de 2008 a 2012. No estudo, verificou-se um aumento substancial da quantidade e detalhamento de informações, com inclusão do método de mensuração para avaliar os ativos.

Com a nova padronização, torna-se viável a melhor apuração dos resultados e comparativos das empresas por meio de conceitos e critérios de mensuração, além da redução dos riscos nos investimentos internacionais, proveniente de um melhor entendimento das demonstrações contábeis, seja sob a forma de empréstimos financeiros, seja de participações societárias (WANDERLEY; LEAL; SILVA, 2012). Estabelece-se uma boa comunicação internacional com o uso de uma linguagem contábil homogênea, e, por ser mais complexo do que as normas brasileiras anteriores, o padrão IFRS exigiu maior julgamento e transparência por parte das empresas. A evolução da contabilidade nele baseada, assim, elevou o grau de julgamento e divulgação exigidos pelos responsáveis da elaboração das demonstrações contábeis (MUCILLO; NOGUEIRA, 2015).

A relevância da informação constitui-se na capacidade preditiva dos fluxos de caixa futuros (BADERTSCHER; COLLINS; LYS, 2011). Logo, ao se medir a interferência das demonstrações contábeis nessa previsão, tendo como premissa alterações de mercado, verifica-se que para tal relevância está intrínseca a qualidade de lucros (SCOTT, 2011; POTIN; BORTOLON; SARLO NETO, 2016). Por meio da análise dos Balanços Patrimoniais, DFC e Notas Explicativas, deseja-se avaliar de modo pormenorizado a utilidade e relevância da informação divulgada pelas empresas de capital aberto listadas na B3 que transacionaram ou mantiveram estoques de ativos biológicos e a capacidade de geração de caixa futuro e sua previsibilidade (GUTIERREZ; ROBLES JUNIOR; ARIMA, 1993).

3. METODOLOGIA

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

Este estudo investiga o impacto gerado nas informações financeiras e sua relevância, com destaque nos Balanços patrimoniais, DFC e Indicadores Econômicos das empresas brasileiras que atuam com ativos biológicos, listadas na B3, cuja base deu-se em elementos patrimoniais no período anterior e pós à adoção do CPC 29. As hipóteses estabelecidas para a presente pesquisa compreendem:

H1: existe relação positiva entre o ativo biológico e o preço das ações após a adoção do CPC 29.

H2: a percepção dos acionistas sobre o conteúdo informacional dos ativos biológicos mudou após a adoção do CPC 29.

H3: existe relação positiva entre o ativo biológico e o Fluxo de caixa futuro após a adoção do CPC 29.

H4: a previsibilidade do fluxo de caixa futuro por meio do uso dos ativos biológicos mudou após a adoção do CPC 29.

3.1 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A fim de alcançar os fins propostos para esta pesquisa, selecionaram-se dados relativos aos ativos biológicos, apresentados a valor justo e a custo histórico, disponibilizados nos *softwares* Economática[®] e DIVEXT- Sistema de Divulgação Externa e notas explicativas disponibilizadas na B3. Para sua viabilidade, foram analisadas demonstrações financeiras das empresas listadas, as quais possuem estoques de Ativo Biológico, no período de transição das normas IFRS, com a adoção ao CPC 29 a partir do ano 2010, e se estabeleceu como premissa a análise de dois períodos compreendidos entre 2005 e 2017, isto é, cinco anos anteriores à adoção até o último ano divulgado. A seguir, no Quadro 1, a relação das empresas participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Lista de Empresas

EMPRESAS	
BRF AS	COSAN
JBS	COSAN LTDA
MARFRIG	SÃO MARTINHO
MINVERVA	TEREOS
MINUPAR	RANDON PART
ARAUCARIA	DURATEX
SUZANO HOLD	CELUL IRANI
TREVISA	ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A
BIOSEV	FIBRIA
BRASILAGRO	IGUAÇU CELULOSE PAPEL S/A
CTC S.A	KLABIN S/A
SLC AGRICOLA	SUZANO PAPEL
BATTISTELLA	KARSTEN
WLM IND COM	WEMBLEY
JOAO FORTES	GRAZZIOTIN
RASIP AGRO	CLARION
FERBASA	CIA MINEIRA DE AÇUCAR E ALCOOL
EQUATORIAL	FAB C RENAUX
FAB C RENAUX	CEEEED
RAIZEN ENERGIA AS	TERRA SANTA

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Foram coletadas 854 observações, das quais foram excluídas 223 por não divulgarem os preços das ações, e 21 por não apresentarem valor de Fluxo de Caixa Operacional, restando

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

610 amostras para o tratamento estatístico.

Após a coleta das informações pertinentes ao trabalho, foi realizado o método de win-sorização a 4,0% em cada extremidade da distribuição a fim de reduzir os *outliers*: essa metodologia é aceita na literatura e é descrita por autores como Almeida et al. (2011). Para testar as hipóteses da pesquisa, são empregadas 4 equações, expostas a seguir:

$$P_{i,t+4} = \alpha_i + \beta_1 ABPA_{i,t} + \beta_2 LLPA_{i,t} + \beta_3 PLPA_{i,t} + \beta_4 CPC_{i,t} + \beta_5 ABPA_CPC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

$$P_{i,t+4} =$$

$$\alpha_i + \beta_1 ABPA_{i,t} + \beta_2 LLPA_{i,t} + \beta_3 PLPA_{i,t} + \beta_4 CPC_{i,t} + \beta_5 ABPA_CPC_{i,t} + \beta_6 PLPA_CPC_{i,t} + \beta_7 LLPA_CPC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

$$FLC_{i,t+3} = \alpha_i + \beta_1 ABPA_{i,t} + \beta_2 LLPA_{i,t} + \beta_3 PLPA_{i,t} + \beta_4 CPC_{i,t} + \beta_5 ABPA_CPC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

$$FLC_{i,t+3} = \alpha_i + \beta_1 ABPA_{i,t} + \beta_2 LLPA_{i,t} + \beta_3 PLPA_{i,t} + \beta_4 CPC_{i,t} + \beta_5 ABPA_CPC_{i,t} + \beta_6 PLPA_CPC_{i,t} + \beta_7 LLPA_CPC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

$P_{i,t+4}$ = Representada pelo preço da ação da empresa i, no tempo t+4 meses;

$FLC_{i,t+3}$ = Representada pelo fluxo de caixa da empresa i, no tempo t+3 meses;

$ABPA_{i,t}$ = Variável independente, representada pela divisão dos valores contábeis dos Ativos Biológicos pelo número de ação da empresa i, no tempo t;

$LLPA_{i,t}$ = Variável independente de controle, representada pelo Lucro Líquido, dividido pelo número de ação da empresa i, no tempo t;

$PLPA_{i,t}$ = Variável independente de controle, representada pelo Patrimônio Líquido menos Ativo Biológico, dividido pelo número de ação da empresa i, no tempo t;

$CPC_{i,t}$ = Variável *Dummy* de controle, recebe 0 para período antes de 2010 e 1 após 2010 da empresa i, no tempo t;

$ABPA_CPC_{i,t}$ = Variável independente, representada pela divisão dos valores contábeis dos Ativos Biológicos pelo número de ação da empresa i, no tempo t, multiplicado pela variável CPC;

$PLPA_CPC_{i,t}$ = Variável independente de controle, representada pelo Patrimônio Líquido menos Ativo Biológico, dividido pelo número de ação da empresa i, no tempo t, multiplicado pela variável CPC;

$LLPA_CPC_{i,t}$ = Variável independente de controle, representada pelo Lucro Líquido, dividido pelo número de ação da empresa i, no tempo t, multiplicado pela variável CPC;

$\varepsilon_{i,t}$ = Termo de erro.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo refere-se à apresentação dos resultados dos modelos encontrados para as equações 1, 2, 3 e 4. Para isso, a seção 4.1 apresenta os resultados das equações propostas e discorre sobre o impacto do CPC e do ativo biológico a valor justo na determinação do preço das ações e fluxo de caixa futuro.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta os resultados das equações 1 e 2, em que se buscou analisar a relação entre o ativo biológico e o preço da ação; outrossim, averigua-se a ocorrência de mudanças sobre o conteúdo informacional dos acionistas.

Tabela 1 – Modelo Tratamento de Ativos Biológicos Regressão 1 e 2

MODELO 1	MODELO 2
----------	----------

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

$P_{i,t+4}$	Coefficiente	$P> t $	Coefficiente	$P> t $
ABPA _{i,t}	-3,132803***	0,000	-2,712961***	0,000
LLPA _{i,t}	1,447491***	0,006	-0,287306	0,848
PLPA _{i,t}	-0,275803***	0,000	-0,487124***	0,015
CPC	-9,784162***	0,005	-13,270060***	0,001
ABPA _{i,t} _CPC	1,642757**	0,020	1,209795*	0,096
PLPA _{i,t} _CPC	-	-	0,2343309	0,233
LLPA _{i,t} _CPC	-	-	2,135584	0,181
CONSTANTE	39,27903***	0,000	42,402110***	0,000
DADOS ADICIONAIS				
Numberofobs=	610	Numberofobs=	610	
Prob> F=	0,0000	Prob> F=	0,0000	

Fonte: Elaborado pelo autor com base no programa Stata. () estatística z e t; Níveis de significância: ***Significativo a 1%; **Significativo a 5%; *Significativo a 10%.

A variável CPC é uma *dummy* que representa o período posterior da implantação do CPC 29 (CPC), cujo resultado encontrado apresenta sinal negativo. De acordo com ele, pode-se observar que a implantação do CPC 29 propiciou alterações relacionadas à precificação das ações em t+4 meses em relação à média, ou seja, o valor do intercepto reduziu em (9,78) na coluna 2, tendo passado de 39,27 para 29,48. Aditivamente, observa-se que a presença do ativo biológico está relacionada de modo negativo ao preço das ações no período em análise, e para o aumento de uma unidade no ativo biológico reduz em R\$ 3,13 o preço das ações. Porém, após adoção do CPC 29, a relação entre o ativo biológico avaliado a valor justo e o preço das ações é positiva (1,64), e isso proporciona uma redução dessa relação inversa entre o ativo biológico e o preço das ações.

Portanto, o valor histórico do preço das ações antes da implantação do CPC 29 possuía uma relação inversa e acentuada com o preço da ação e, após a implantação do CPC 29, ou seja, avaliado a valor justo, reduziu essa inclinação negativa. Desta forma, a relação inversa entre a presença de ativo biológico e o preço da ação se mantém, mas com uma inclinação menor, isto é, a precificação a valor justo alterou a percepção dos acionistas. Tais resultados são consistentes com os trabalhos de Martins, Machado e Callado (2014), que averiguaram a fidedignidade e a relevância das informações contábeis para as empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2008 e 2009, concluindo que o método do *fair value* fornece informações mais detalhadas e assertivas aos usuários de mercado de capitais ativos.

Em adição, os resultados encontrados no modelo com interação coluna 4, corroboram o resultado exposto acima e evidenciam que a presença do ativo biológico após a implantação do CPC 29 alterou a percepção dos acionistas, indo ao encontro dos resultado de Silva Filho, Martins e Machado (2013), que investigaram a relevância da adoção do *fair value* e a sensibilidade do Patrimônio Líquido à sua adoção na avaliação dos Ativos Biológicos das empresas do Agronegócio listadas na Bovespa, nos anos de 2008 e 2009, e se verificou que 38,9% das variações no patrimônio líquido das companhias analisadas resultaram da adoção do valor justo na mensuração dos ativos biológicos.

Por outro lado, não encontrou evidências estatísticas de alteração da percepção do Lucro Líquido após a adoção do CPC 29, obtidas pela relação de segunda ordem no modelo com interação. Tais resultados vão ao encontro da pesquisa de Almeida et al. (2011), que investigou se existiam diferenças significativas entre o valor do patrimônio líquido e do lucro líquido apurado sob normas distintas (IFRS e BRGAAP) das empresas de capital aberto que extraem e processam recursos naturais, nos anos de 2008 e 2009 e não encontrou evidências de alterações significativas entre lucro apurado quando regido pelas normas IFRS e o apurado em normas brasileiras tradicionais, sendo apontado um aumento médio de 2%. Ademais, a aplica-

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

ção do efeito entre a *dummy* do CPC 29 contribui para esboçar uma relação negativa de intercepo após 2010. Tal resultado é consistente com o encontrado no primeiro modelo, sem efeito dos termos cruzados, e isso reforça que houve uma redução média do preço das ações após esse período.

Os resultados demonstrados propõem que a implementação das normas IFRS com a adoção do CPC 29 (o qual avalia os ativos biológicos a valor justo em detrimento do custo histórico) propiciou um conteúdo informacional capaz de auxiliar os usuários das informações quanto à precificação da ação em t+4 meses após o fechamento das demonstrações financeiras, o que confirmou a hipótese H1, uma vez que as informações a valor justo são estatisticamente significativas em detrimento do preço das ações. Esses valores são consistentes com o trabalho de Silva Filho, Martins e Machado (2013), que encontraram resultado semelhante na pesquisa realizada sobre a relevância da adoção do valor justo para os ativos biológicos, em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, baseada em amostra dos anos de 2008 e 2009, na qual afirmam que a substituição do custo histórico pelo valor justo propiciou melhoria do ponto de vista informacional. Em contraposição a essa afirmação, Silva Filho et al. (2013), ao analisarem ganho ou perda de conteúdo informacional por conta da substituição da base de mensuração dos ativos biológicos, em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, baseada em amostra dos anos de 2008 e 2009, evidenciam que as informações sobre a mensuração dos ativos biológicos apresentadas a custo histórico são mais relevantes que as informações apresentadas pelo valor justo.

Ao analisar os resultados da equação que investigou se o CPC 29 possibilitou mudança na percepção dos acionistas sobre o conteúdo informacional fornecido pelos ativos biológicos avaliados a valor justo, estes indicaram haver uma mudança de comportamento pelos acionistas, o que ratifica H2. Ademais, estão alinhados com a percepção proposta pelo IASB, o qual afirma que a aplicação do *fair value* proporciona uma informação superior a respeito do desempenho da entidade agropecuária em relação àquela obtida pela utilização de custos históricos. A Tabela 2 demonstra os resultados das equações 3 e 4, obtidos a partir do processamento dos dados, com o propósito de investigar se existe relação entre o ativo biológico e o fluxo de caixa futuro e se existiu mudança na previsibilidade do fluxo de caixa futuro após a adoção do CPC 29.

Tabela 2– Modelo Tratamento dos Ativos Biológicos Regressão 3 e 4

FLC _{i,t+3}	MODELO 3		MODELO 4	
	Coefficiente	P> t	Coefficiente	P> t
ABPA _{i,t}	-0,086755	0,526	-0,121047	0,326
LLPA _{i,t}	-0,026216	0,767	0,078306	0,633
PLPA _{i,t}	0,053482***	0,005	0,079827**	0,021
CPC	0,487668	0,198	0,859532**	0,032
ABPA _{i,t} _ CPC	0,054757	0,631	0,090658	0,343
PLPA _{i,t} _ CPC	-	-	-0,028698	0,318
LLPA _{i,t} _ CPC	-	-	-0,135608	0,509
CONSTANTE	0,014678	0,974	-0,319659	0,441
DADOS ADICIONAIS				
Numberofobs=	610		Numberofobs=	610
Prob> F=	0,0000		Prob> F=	0,0000

Fonte: Elaborado pelo autor com base no programa Stata. () estatística z e t; Níveis de significância: ***Significativo a 1%; **Significativo a 5%; *Significativo a 10%.

Os resultados da tabela 2 provêm da aplicação do modelo de regressão 3 e 4, o qual testa as hipóteses de que a adoção do CPC 29 possui relação com a geração de Fluxo de caixa futuro e sua previsibilidade, a uma data de três meses após o fechamento das Demonstrações Contábeis. Primeiro foi testado o modelo sem interação, coluna 1, e os dados apresentados

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

evidenciam que essa variável não apresentou resultado estatístico ao nível de 5% de erro, não sendo observadas mudanças significativas de intercepto ou de inclinação, portanto não há evidência de influência da presença do ativo biológico na determinação do Fluxo de caixa futuro após a adoção do CPC 29. Além disso, também não há evidências estatísticas de mudança de intercepto após 2010 para o fluxo de caixa futuro.

Posteriormente foi testado o modelo com interação, coluna 4, no qual foi encontrada uma relação estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90% de mudança de intercepto. Isso sugere que houve um aumento médio no fluxo de caixa operacional após a implantação do CPC 29, apesar do valor de baixa magnitude. Em contrapartida, não foi encontrada relação estatisticamente significativa para as demais variáveis cruzadas em análise, e isso sugere que a adoção do CPC 29 não alterou a inclinação das variáveis em análise na determinação do comportamento do fluxo de caixa operacional três meses após seu fechamento.

Quanto à avaliação da relação entre o fluxo de caixa futuro e o ativo biológico avaliado a valor justo no período de 2005 a 2017, os dados demonstram não haver evidência de influência estatisticamente significativa entre o ativo biológico e o fluxo de caixa futuro. Desta forma, não é possível aceitar a hipótese H3 de que o CPC 29 impactou positivamente na inclinação do ativo biológico na determinação do fluxo de caixa futuro. Também não houve evidência estatística sobre a adoção do valor justo na avaliação dos estoques de ativos biológicos após a adoção do CPC 29, na geração e na previsibilidade de fluxo de caixa futuro, o que rejeita a hipótese H4.

Os resultados encontrados nesta pesquisa estão de acordo com a literatura, em que o estudo de Argilés, Garcia-Blandon e Monllau (2011) analisou em empresas agrícolas espanholas a relação entre ambos os métodos de avaliação (custo histórico e valor justo) na geração futura de caixa e equivalentes de caixas, o qual não constatou significativas diferenças entre ambos. Por outro lado, Kim e Kross (2005) defendem a existência de uma relação direta entre os ganhos crescentes e as operações de fluxo de caixa ao longo do tempo que é atribuído como influência do método de avaliação pelo valor justo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou o efeito gerado sobre a relevância da informação contábil, do poder preditivo na geração de fluxo de caixa. Investigou a mudança de percepção em termos de conteúdo informacional para os usuários da informação contábil, após a adoção do CPC 29, com foco nas empresas de capital aberto listadas na B3 que transacionaram ou mantiveram estoques de ativos biológicos no período compreendido entre 2005 e 2017. Para concretizá-la, foram coletados dados de tais empresas, no intervalo de tempo mencionado. Os dados foram coletados através dos *softwares* Economática[®] e DIVEXT- Sistema de Divulgação Externa e notas explicativas.

Foi utilizado o modelo de *Value Relevance*, o qual, segundo Grillo et al. (2016), se traduz na capacidade de demonstrar por meio dos números contábeis informações implícitas ao valor das ações. O modelo econométrico utilizado baseou-se em quatro equações as quais permitiram testar as hipóteses da pesquisa tratando-as de forma individual. A mudança da percepção dos investidores, após a adoção do CPC 29 permite prever a reação do mercado perante a divulgação das demonstrações financeiras; em consequência, a redução do impacto no preço da ação.

Verificou-se que além de não haver alterações estatísticas significativas sobre o comportamento do ativo biológico na determinação do fluxo de caixa futuro após a adoção do CPC 29, também não são identificadas mudanças significativas no valor médio (intercepto).

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

Assim, concluiu-se não haver evidência estatística sobre a adoção do valor justo na avaliação dos estoques de ativos biológicos após a adoção do CPC 29, na geração e na previsibilidade de fluxo de caixa futuro, contrapondo pesquisas aplicadas por outros autores como Kim e Kross (2005), em que defendem existir uma relação direta entre os ganhos crescentes e as operações de fluxo de caixa ao longo do tempo que é atribuído como influência do método de avaliação pelo valor justo.

Por conseguinte, esta pesquisa preenche uma lacuna preterida por outras pesquisas relacionadas ao tema, as quais avaliaram os impactos da adoção do CPC 29, com avaliação dos ativos biológicos a valor justo. Nos outros estudos apontados, foi considerada apenas amostra que abrange um ou dois períodos, com base nos anos de transição do modelo BRGAAP para o IFRS, desconsiderando períodos anteriores e posteriores. Ao analisarem a adoção do valor justo, alguns autores concluíram que esse modo de mensuração não era ideal, por se utilizar de estimativas para fazer avaliações dos ativos. Concluíram então que o conservadorismo, ou custo histórico, era de fácil compreensão por produzir informações relevantes e precisas para os seus usuários em detrimento do valor justo.

Ao adotar um período de cinco anos antes e oito depois com observações trimestrais, expandiu-se a base de dados que permitiu mitigar possíveis interferências provocadas isoladamente por fatores exógenos, como mudanças climáticas e crise econômica, ocasionadas em períodos específicos, além de captar um período atual, oito anos posterior à adoção do CPC29, tendo como premissa que as empresas já se adaptaram ao reconhecimento a valor justo para os ativos biológicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. R. V.; COSTA, T. A.; SILVA, A. H. C.; LAURENCEL, L. C. Análise dos impactos das normas internacionais de contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor de extração e processamento de recursos naturais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 136-156, 2011.
- ARGILÉS, J. M.; GARCIA-BLONDON, J.; MONLLAU, T. Fair value versus historical cost-based valuation for biological assets: predictability of financial information. **Revista de Contabilidade**, v. 14, n. 2, aug.-dec. 2011.
- BADERTSCHER, B. A.; COLLINS, D. W.; LYS, T. Z. Discretionary accounting choices and the predictive ability of accruals with respect to future cash flows. **Journal of Accounting and Economics**, v. 53, n. 1-2, p. 330-352, 2011.
- BALL, R. International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, (suplemento 1), p. 5-27, 2006.
- BARLEV, B.; HADDAD, J. R. Fair value accounting and the management of the firm. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, n. 4, p. 383-415, 2003.
- BARLEV, B.; HADDAD, J. R. Harmonization, Comparability, and Fair Value Accounting. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, 22, n. 3, p. 493-509, 2007.
- BARROS, C. C.; SOUZA, F. J. V.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, J. D. G.; SILVA, M. C. O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&F Bovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 3, p. 41-59, 2012.

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

- BARTH, M. Fair value accounting: evidence from investment securities and the market valuation of banks. **The Accounting Review**, v. 69, n. 1, p. 1–25, 1994.
- BARTH, M. Relatórios financeiros globais: implicações para os Estados Unidos acadêmicos. **A Revisão de Contas**, v. 83, p. 1159-1180, 2008.
- BARTH, M. Global comparability in financial reporting: what, why, how, and when? **China Journal of Accounting Studies**, Stanford, v. 1, n. 1, p.2-12, 2013.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. Value-relevance of banks fair value disclosures under SFAS 107. **The Accounting Review**, v. 71, p. 513–537, 1996.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31. n. 1-3, p. 77-104, 2001.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BRITO, E. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA-RP/USP, 2010.
- COLLINS, D.; MAYDEW, E. L.; WEISS, L. Changes in the value relevance of earnings and book value over the past forty years. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, p. 39-67, 1997.
- COUTINHO, J. S.; SILVA, A. H. C. S. **Impactos da adoção às normas internacionais de contabilidade nas companhias abertas brasileiras do setor de construção civil**. 2013. Disponível em: <www.labcont.com/4publica/Impactos%20da%20adoção.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamentos técnicos contábeis CPC 46: mensuração do valor justo**. Brasília: CFC, 2013. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf>.
- CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC 29: ativos Biológicos e Produtos Agrícolas**. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em 20 de maio 2017.
- CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento técnico CPC PME: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em 13 de agosto 2017.
- CRC-RS - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. **Normas brasileiras de contabilidade**. Porto Alegre: CRC-RS, 2018. v. 2.
- FARIAS, M. R. S.; FARIAS, K. T. R. Tópicos para pesquisa sobre contabilidade internacional: evidências empíricas no Brasil. In: II ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2009, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009.
- FIGLIOLI, B.; LEMES, S.; LIMA, F. G. IFRS, sincronicidade e crise financeira: a dinâmica da informação contábil para o mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 75, p. 326-343, 2017.

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

- FIGUEIRA, L. M.; RIBEIRO, M. S. Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: antes e depois do CPC 29. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 26, p. 73-98, 2016.
- GATSIOS, R. C.; SILVA, J. M.; AMBROZINI, M. A.; ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. Impacto da adoção do padrão IFRS sobre custo de capital próprio das empresas de capital aberto no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 15., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2015.
- GRILLO, F. F.; LACHINI, T. C.; BAIOCO, V. G.; REINA, D.; SARLO NETO, A. Valuerellevance: análise dos efeitos da avaliação a valor justo. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 32, p. 94-109, jan./abr. 2016.
- GUTIERREZ, V. C. P.; ROBLES JUNIOR, A.; ARIMA, C. H. The importance of ERP in the process of planning and cost control. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT (CONTECSI), 7., 1993, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 1993. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/pastcontecsi/arquivos/7contecsi.pdf>>.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Accounting Theory**. Boston: Richard D. Irwin. 1991.
- HOLTHAUSEN, R.; WATTS, R. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 3-75, 2001.
- JIAO, T.; KONING, M.; MERTENS, G.; ROOSENBOOM, P. Mandatory IFRS adoption and its impact on analysts' forecasts. **International Review of Financial Analysis**, v. 21, n.1, p. 56-6, 2011.
- KARĞIN, S. The impact of IFRS on the value relevance of accounting information: evidence from turkish firms. **International Journal of Economics and Finance**, v. 5, n. 4, 2013.
- KIM, M.; KROSS, W. The ability of earnings to predict future operating cash flows has been increasing—not decreasing. **Journal of Accounting Research**, v. 43, p. 753-780, 2005.
- LACHMANN, M.; STEFANI, U.; WOHRMANN, A. Fair value accounting for liabilities: presentation format of credit risk changes and individual information processing. **Accounting, Organizations and Society**, v. 41, p. 21-38, 2015.
- LANDSMAN, W. R. Is fair value accounting information relevant and reliable? evidence from capital market research. **Accounting and Business Research**, Special Issue: International Accounting Policy Forum, p. 19-30, 2007.
- LAUX, C.; LEUZ, C. Did fair-value accounting contribute to the financial crisis? **Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 93-118, 2010.
- LEE, E.; WALKER, M.; CHRISTENSEN, H. B. Mandating IFRS: its impact on the cost of equity capital in Europe. **Journal of International Accounting Research**, v. 9, n.1, 2010.
- LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. de A. D. C. Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 126-139, 2015.
- MARTINS, V. G. **Relevância e confiabilidade na mensuração de ativos a valor justo por empresas listadas na BM&BOVESPA**. 2012. 104F. Dissertação (Mestrado em Ciências

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

- Contábeis) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa (PB), 2012.
- MARTINS, E.; LISBOA, L. P. (Coord.). Análises sobre a adoção inicial do IFRS no Brasil. **IFRS Journal -International Financial Reporting Standards**, São Paulo, n. 12, 2011.
- MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, UFSC, Florianópolis, v.11, n.22, p. 163-188, 2014.
- MUCILLO, F. M.; NOGUEIRA, D. R. A análise dos principais impactos encontrados nos ativos biológicos com a adoção do valor justo como critério de mensuração. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 5., 2015, Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.
- OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 2, p. 661-687. 1995.
- PASINI, A. K. As Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS: adoção no Brasil. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability**, v. 6, n. 3, 2015.
- PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Finanças**, São Paulo, v.15, n. 36, set.-dec. 2004.
- POON, W. W. Using fair value accounting for financial instruments. **American Business Review**, v. 2, n.2, p. 39-41, 2004.
- POTIN, S. A.; BORTOLON, P. M.; SARLO NETO, A. Hedge accounting no mercado acionário brasileiro: efeitos na qualidade da informação contábil, disclosure e assimetria de informação. **Revista Contabilidade & Finanças- USP**, v. 27, n. 71, p. 202-216, 2016.
- RAMOS, D. A.; LUSTOSA, P. R. B. Verificação empírica da valuerellevance na adoção das normas internacionais de contabilidade para o mercado de capitais brasileiro. **Contexto**, v. 13, n. 25, p. 70-83, 2013.
- RECH, I. J.; PEREIRA, I. V.; OLIVEIRA, J. R. Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo: um estudo de seu reconhecimento e evidenciação nas maiores propriedades rurais do estado de mato grosso. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 42-58, abr./jun. 2008.
- RECH, I. J.; OLIVEIRA, K. G. Análise da aplicação da CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no setor de silvicultura. In: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 5, 2011, Vitória. **Anais...** Blumenau: ANPCONT, 2011.
- SANTOS, A. C.; MARTINS, L. M. E.; MONTEIRO, N. H.; ASSUNÇÃO, J. F. A Utilização de Informações Formais e Informais em Processos Decisórios por Gestores das Empresas Calçadistas na Cidade de Nova Serrana/MG. **Revista Brasileira de Educação e Cultura – RBEC**, n. 19, p. 116-135, 2019.
- SILVA FILHO, A. C.; CAMPOS, S. J. B.; PAULO, E.; CÂMARA, R. D. B. Sensibilidade do patrimônio líquido a adoção do fair value na avaliação dos ativos biológicos e produtos agrícolas: um estudo nas empresas do agronegócio listadas na Bovespa no período de 2008 e 2009. **Revista Custos e @gronegócioonline**, v. 8, n. Especial, p. 59-77, 2012.
- SILVA FILHO, A. C.; MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R. Custo histórico X valor

A Relevância das Informações Financeiras nas Empresas Listadas
na B3 que Atuam com Ativos Biológicos após Adoção do CPC 29

justo: qual informação é mais valuerelavant na mensuração dos ativos biológicos? **Revista Custos e @gronegócioonline**, v. 9, n. 2, p. 27-50, 2013.

SILVA FILHO, A. C.; MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise da sua relevância em empresas brasileiras. **Revista UniversoContábil**, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

SONG, C. J.; THOMAS, W. B.; YI, H. Value relevance of FAS 157 fair value hierarchy information and the impact of corporate governance mechanisms. **The Accounting Review**, v. 85, n. 4, p. 1375-1410, 2010.

SUADIYE, G. Value relevance of book value & earnings under the local GAAP and IFRS: evidence from Turkey. **Ege Akademik Review**, v. 12, n. 3, p. 301-310, 2012.

WANDERLEY, C. A.; LEAL, R. B.; SILVA, A. C. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. **PensarContábil**, v. 14., n. 53, p. 53-62, jan./abr. 2012.